



ATA da Reunião Ordinária nº11/26 de 18 de agosto de 2026 do CMS. Foi realizada de forma presencial, com as seguintes participações: Drª Elaine de Oliveira Bastos e Drª Débora Costa – representantes do CREFITO; Srª Terezinha Ruade – representante do MAMAS; Drª Ana Cláudia Travassos – representante da OAB; Srª Luciana Ferreira – representante do GETHOMN; Srª Márcia Costa – representantes da SMS; Srª Maria José Ricardo – representante da AMEAS; Srª Genilda Cardoso – representante da Paróquia Nossa Senhora de Nazaré; Srª Ana Cristina Barboza – representante da FIBROSAQUÁ (não conselheira); Srª Cátia Regina da Costa – estagiária do MAMAS (não conselheira); Srª Gleice Santos – estagiária do MAMAS (não conselheira); Srª Márcia Vidigal – usuária (não conselheira); Srª Alessandra T. Moreira – representante do LACES (não conselheira); Srª Débora Klein – usuária (não conselheira); Srª Patrícia da S. – usuária (não conselheira). A vice-presidente, Drª Elaine, iniciou a reunião cumprimentando todas as pessoas presentes e foi registrada a ausência da Presidente, Drª Amanda Doo Bittencourt, em razão de compromisso oficial relacionado à sua representação no Conselho Nacional de Saúde, com retorno previsto para o dia 27 de agosto. Conforme comunicado encaminhado previamente aos conselheiros, durante o período de ausência a Vice-Presidente, Drª Elaine de Oliveira Bastos, assumirá as funções necessárias para assegurar a continuidade das atividades e deliberações do Conselho. Em seguida, foi submetida a **P1. Aprovação da Ata nº 10 de 2026**, sendo aprovada por unanimidade sem ressalvas. Na sequência, foi apontado a **P2. Informes sobre o Fórum da Baixada Litorânea**. Foi informado que a próxima reunião do Fórum da Baixada Litorânea, prevista para o dia 9 de setembro de 2026, às 14h, será na sede do Conselho Municipal de Saúde de Saquarema. Para a realização do encontro, foi destacada a necessidade de disponibilização de uma mesa maior e de aproximadamente vinte cadeiras, bem como a conclusão das obras da sala que será utilizada para acomodar os participantes, além de um Brunch para 30 pessoas. As solicitações já haviam sido encaminhadas anteriormente por meio de ofício e serão reiteradas junto ao setor responsável. Na continuidade, foi abordada a **P3. Dilação de Prazo para a resposta do Ministério Público**. Foi informado que o Conselho já havia encaminhado ofício solicitando a prorrogação do prazo, tendo recebido apenas a confirmação de recebimento, sem resposta quanto ao pedido. Diante disso, foi discutida a necessidade de reunir informações e documentos referentes às ações realizadas pelo Conselho, especialmente as visitas técnicas realizadas em unidades de saúde, a fim de subsidiar uma resposta formal. Também foi discutida a realização de visitas técnicas na ESF de Barra Nova e no antigo CEO. Ficou prevista, inicialmente, para o dia 28 de agosto, às 9h, dependendo da confirmação da participação da Presidente. Em seguida, foi abordada a **P5. Relatório da 11ª Conferência Municipal de Saúde**. Os conselheiros foram orientados a realizar a leitura do documento antes da aprovação definitiva. Foi observada a



necessidade de verificar a exclusão de uma moção no relatório, uma vez que não foram identificadas as respectivas assinaturas. Na sequência, foi apresentada a **P6. Relatório da Reunião da Comissão de Orçamento, Finanças e Acompanhamento do FMS**. Foi informado que os documentos haviam sido enviados, porém ainda não haviam sido respondidos pelos setores responsáveis. Diante disso, os conselheiros sugeriram estabelecer prazo de 20 dias para resposta nos próximos ofícios, com possibilidade de reiteração e redução do prazo em caso de ausência de manifestação. Passando para os assuntos gerais, foi informado que a Comissão de Visitas, Vigilância Sanitária e Epidemiologia vem realizando visitas as ESF's do município. Foi relatada a visita realizada na ESF da Vila, ocasião em que foram identificadas algumas necessidades estruturais e de abastecimento. Segundo informado, a unidade deverá passar por reforma. Ademais, foi informado que atualmente a unidade conta com apenas uma equipe. Também foi registrada a ausência de determinados medicamentos, entre eles acetilcisteína e anticoncepcional injetável. Em visita posterior na ESF de Boqueirão, verificou-se a disponibilidade dos medicamentos constantes da REMUME, evidenciando diferenças no abastecimento entre as unidades. Os conselheiros ressaltaram a necessidade de compreender as razões das diferenças no fornecimento de medicamentos entre as unidades de saúde. Foi destacado que, quando determinado medicamento integra a relação municipal e está disponível em uma unidade, mas ausente em outra, é necessário verificar o motivo da falta e adotar as providências necessárias para regularizar o abastecimento. Foi ressaltado, ainda, que os profissionais responsáveis pelas farmácias devem registrar formalmente as necessidades de reposição e comunicar as faltas de medicamentos aos setores competentes. Os conselheiros também questionaram as diferenças observadas no atendimento e na organização dos serviços de saúde visitados, destacando que, além de questões estruturais e de comunicação, existem diferenças na atuação dos profissionais. Os conselheiros mencionaram a relevância da padronização dos procedimentos, que consequentemente, melhoraria a qualidade dos atendimentos. Em relação a visita realizada ao ESF de Jaconé, foi relatado que não haviam profissionais de odontologia na unidade pois encontravam-se em capacitação. Durante a inspeção, foram identificadas situações que demandam atenção no consultório odontológico, como materiais abertos e sem identificação, materiais esterilizados com embalagens danificadas e materiais e medicamentos previamente preparados sem a devida identificação. Também foi observada a necessidade de atenção à organização dos materiais, considerando os cuidados necessários para evitar riscos de contaminação. Ainda durante a visita, foi relatada a situação de uma usuária com histórico oncológico que aguardava havia aproximadamente quatro meses o resultado de exame preventivo de Papanicolau. A usuária informou que já havia procurado a unidade em outras oportunidades e demonstrava preocupação em razão de seu histórico de saúde. Após verificação, foi



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Saquarema
Secretaria Municipal de Saúde de Saquarema
Conselho Municipal de Saúde de Saquarema



localizado o resultado do exame. Os conselheiros destacaram a gravidade da situação, especialmente diante da possibilidade de o resultado permanecer indisponível para a usuária por falha de comunicação ou de consulta ao sistema. Ressaltou-se a necessidade de aprimorar os fluxos de informação e de garantir que os resultados de exames sejam efetivamente comunicados aos usuários, principalmente quando houver histórico clínico que demande acompanhamento. Na sequência, foi abordada a visita realizada ao Posto de Urgência (PU) de Jaconé. Foram relatadas dificuldades relacionadas ao fluxo de atendimento entre o PU e o ESF, especialmente situações em que pacientes que necessitariam de atendimento de urgência teriam sido encaminhadas à ESF. Foi mencionado, como exemplo, o caso de um usuário idoso, com histórico de diabetes, que apresentou glicemia muito elevada, em torno de 600 mg/dL, e teria sido encaminhado do PU para a ESF. A situação gerou preocupação entre os conselheiros quanto à adequação do fluxo assistencial e à necessidade de avaliação médica compatível com o quadro apresentado. Após articulação com a Diretora da Atenção Básica, o usuário recebeu medicação e foram adotadas providências para sua assistência. Em relação aos serviços visitados, foi observado que algumas unidades apresentam maior capacidade de atendimento em razão da quantidade de equipes disponíveis. Foi citado, como exemplo, a ESF de Vilatur, onde foi relatado que uma consulta solicitada em agosto teria sido agendada somente para dezembro, demonstrando a necessidade de acompanhamento dos tempos de espera nas diferentes unidades. Dando continuidade aos assuntos gerais, foi informado aos conselheiros que a Secretaria Executiva encaminhou por e-mail o Manual de Conduta e Comunicação referente ao período eleitoral. Foi ressaltada a importância de que todos os conselheiros tenham conhecimento das orientações constantes no documento, especialmente quanto à conduta durante o horário de trabalho e às restrições aplicáveis no período eleitoral. Em nova pauta, Dr^a Elaine apresentou duas demandas recebidas presencialmente na sede do Conselho Municipal de Saúde. A primeira referia-se a uma mãe que buscava orientação sobre TFD e faltas abonadas de seus filhos. Durante o atendimento, foi esclarecido que o Conselho Municipal de Saúde possui caráter deliberativo e de controle social, não sendo responsável por isso. Dessa forma, a demanda foi orientada e encaminhada ao setor competente da Prefeitura, especialmente à área da Educação, considerando as questões relacionadas à frequência escolar e às necessidades específicas das crianças. Foi ressaltada a importância de que a responsável apresente a documentação e os laudos existentes à unidade escolar, para que sejam assegurados os direitos educacionais correspondentes. Na sequência, foi relatada outra demanda envolvendo uma família que buscou o Conselho para tratar do acompanhamento de um usuário com doença de crohn. Foi esclarecida a necessidade de acompanhamento especializado e contínuo, com realização periódica de exames e acompanhamento multiprofissional. Também foi questionada a



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Saquarema
Secretaria Municipal de Saúde de Saquarema
Conselho Municipal de Saúde de Saquarema



necessidade de deslocamento do usuário para outro município para realização de infusão de medicamento. Após contato com a gestão municipal, foi confirmado que o procedimento poderia ser realizado no município, bem como que havia possibilidade de disponibilização de transporte pela Prefeitura. A família foi orientada quanto às alternativas existentes para continuidade do tratamento e transporte. Ainda em relação à mesma demanda, foi mencionada uma situação envolvendo familiar que aguardava procedimento ginecológico, inserido no sistema de regulação desde julho, sem que tivesse ocorrido o agendamento até o momento. Diante desse relato, os conselheiros discutiram a dificuldade enfrentada pelos usuários para acompanhar solicitações de consultas, exames e procedimentos e compreender em qual sistema ou unidade devem buscar informações sobre suas demandas. Foi sugerida a necessidade de disponibilizar, nas unidades de saúde, informações claras sobre os canais e sistemas existentes para consulta de solicitações e acompanhamento da regulação. Foi explicado que há diferentes fluxos, de acordo com o tipo de procedimento e a disponibilidade de atendimento no próprio município. Quando determinado exame, consulta ou procedimento não é ofertado pela rede municipal, o usuário pode ser inserido no sistema estadual de regulação, sendo gerado um número de identificação que possibilita o acompanhamento da solicitação. Os conselheiros destacaram que essas informações precisam estar acessíveis aos usuários, de maneira simples e objetiva, para evitar deslocamentos desnecessários e dúvidas quanto ao andamento dos pedidos. Na próxima demanda, foi apresentado o relato de uma usuária que procurou uma unidade de saúde para cancelar um pedido de endoscopia com biópsia, pois havia realizado o exame de forma particular em razão da demora no atendimento. Ao procurar a unidade, foi informada de que sua solicitação ainda não havia sido inserida no sistema de regulação. Segundo o relato, os pedidos eram registrados inicialmente em livro para posterior inserção no sistema. Os conselheiros consideraram a situação preocupante, destacando que o pedido deveria ser registrado e encaminhado ao sistema de forma adequada, permitindo ao usuário acompanhar sua solicitação e evitando prejuízos decorrentes de falhas administrativas. Foi ressaltada a necessidade de esclarecer os fluxos para solicitação de exames, uma vez que diferentes procedimentos podem possuir formas distintas de entrada no sistema. Foi citado que alguns exames, como tomografias, já são encaminhados pelas próprias unidades de saúde, enquanto permaneciam dúvidas quanto ao fluxo específico para exames de endoscopia, especialmente em razão da menor oferta desse procedimento. Diante disso, ficou indicada a necessidade de verificar junto à gestão e aos setores responsáveis qual é o fluxo correto para o encaminhamento desses pedidos e, posteriormente, orientar adequadamente as unidades e os usuários. Em seguida, entramos na **P4. Demanda da munícipe Débora Klein** e foi concedida a palavra a própria, que apresentou manifestação acerca de demanda anteriormente encaminhada ao



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Saquarema
Secretaria Municipal de Saúde de Saquarema
Conselho Municipal de Saúde de Saquarema



Conselho Municipal de Saúde relacionada à Farmácia Popular e à atuação da Vigilância Sanitária. Relatou que, após receber resposta da Vigilância, apresentou réplica fundamentada na RDC nº 44/2009, questionando a atribuição do órgão para fiscalização das condições de acessibilidade e estrutura do estabelecimento. Informou que, embora tenha sido realizada visita técnica ao local, sua réplica ainda não havia recebido resposta formal, razão pela qual solicitou ao Conselho que intermediasse o encaminhamento da demanda e buscasse esclarecimentos junto ao setor responsável. Sr^a Terezinha relatou que esteve presencialmente na Farmácia Popular e constatou condições inadequadas de atendimento, mencionando problemas estruturais, ausência ou insuficiência de assentos, desorganização do espaço e dificuldades enfrentadas pelos usuários durante a espera. Informou que encaminhou reclamação ao Ministério da Saúde questionando, igualmente, a redução do número de farmácias credenciadas no Município e as dificuldades decorrentes da concentração dos usuários em um único estabelecimento. Segundo relatado, o Ministério da Saúde informou que as farmácias credenciadas estavam passando por processo de recadastramento, permanecendo a situação em análise. Na sequência, foi apresentada manifestação referente às dificuldades enfrentadas por idosos e pessoas com deficiência para a retirada de medicamentos de uso contínuo. Sr^a Débora relatou que, após receber receita na unidade de Estratégia de Saúde da Família de Jaconé, foi orientada a retirar determinado medicamento na Clínica de Saúde Mental, localizada em Porto da Roça, porém, ao se deslocar até a unidade, foi informada de que o medicamento não estava disponível. Destacou que a unidade não disponibilizava, de forma clara, telefone, e-mail ou plataforma para que o usuário pudesse consultar previamente a disponibilidade do medicamento, o que ocasionava deslocamentos desnecessários, especialmente prejudiciais a pessoas idosas e com deficiência. Diante da situação, apresentou ao Conselho sugestão de criação de uma logística integrada entre a Clínica de Saúde Mental e as ESF's, de modo que os medicamentos de uso contínuo, inclusive os de controle especial, previamente prescritos e registrados pelos serviços responsáveis, pudessem ser distribuídos em dias previamente definidos e em locais estratégicos. Sugeriu também a disponibilização de um canal de comunicação, por telefone, e-mail ou plataforma digital, para consulta da disponibilidade dos medicamentos antes do deslocamento do usuário. Ressaltou que a medida poderia inicialmente contemplar idosos e pessoas com deficiência e, posteriormente, ser ampliada aos demais usuários do SUS, caso demonstrada sua efetividade. Foi destacado que uma logística organizada poderia reduzir deslocamentos desnecessários, diminuir o desgaste dos usuários e contribuir para maior eficiência da rede municipal de saúde. Em continuidade, foram apresentadas manifestações acerca da dificuldade de acesso a medicamentos utilizados no tratamento da fibromialgia. Foi relatada, pela Sr^a Ana Cristina, a existência de um grupo de



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Saquarema
Secretaria Municipal de Saúde de Saquarema
Conselho Municipal de Saúde de Saquarema



aproximadamente 250 mulheres com diagnóstico comprovado da doença, havendo queixas recorrentes quanto à indisponibilidade de determinados medicamentos. Os participantes discutiram a possibilidade de utilização de mecanismos de identificação e cadastramento dos usuários para melhor dimensionamento da demanda e planejamento da aquisição dos medicamentos, destacando-se que o levantamento dos pacientes atendidos poderia auxiliar a gestão na elaboração das solicitações de compra e na prevenção de desabastecimentos. Durante o debate, foram citados medicamentos como pregabalina, duloxetine e outros utilizados no tratamento da fibromialgia, sendo discutida a necessidade de verificar sua inclusão nas relações de medicamentos disponibilizados pelo SUS, tanto em âmbito municipal quanto por meio do Programa Farmácia Popular. Foi sugerido que o Conselho encaminhasse à Secretaria Municipal de Saúde solicitação para avaliação da inclusão dos medicamentos de maior demanda na relação municipal de medicamentos, considerando o número de usuários que necessitam desses tratamentos. Também foi discutida a possibilidade de utilização da Farmácia Popular como alternativa para obtenção de medicamentos contemplados pelo programa federal. Os participantes ressaltaram a importância de os usuários conhecerem seus direitos e verificarem a disponibilidade dos medicamentos nos estabelecimentos credenciados, bem como, diante de eventual negativa de fornecimento, buscarem formalizar a reclamação e reunir documentos que comprovem a situação para posterior encaminhamento aos órgãos competentes. Na sequência, passou-se à discussão sobre a situação da unidade de saúde de Vilatur e as dificuldades relacionadas ao acesso a consultas, exames e encaminhamentos. Foi relatado que o bairro apresentou crescimento populacional nos últimos anos, inclusive com aumento da população idosa, e que os usuários estariam enfrentando dificuldades para realizar o agendamento de consultas. Segundo a manifestação, os agendamentos ocorreriam em datas específicas, exigindo que os usuários comparecessem presencialmente à unidade para obtenção de senha, havendo relatos de espera prolongada para conseguir atendimento médico e de períodos de vários meses até a realização das consultas. Foi relatada, ainda, dificuldade para obtenção de encaminhamento para consultas ginecológicas e realização de exames, tendo sido mencionado caso em que, após insistentes solicitações, a usuária conseguiu atendimento de enfermagem e posterior encaminhamento. Também foi informado que o mamógrafo disponível para atendimento da população encontrava-se em manutenção, situação considerada preocupante diante da demanda por exames de acompanhamento e rastreamento de câncer de mama. Os participantes ressaltaram a necessidade de que o Município disponha de estrutura adequada e alternativas para garantir a continuidade dos exames durante períodos de manutenção dos equipamentos. A discussão também abordou o funcionamento da atenção primária e a atuação dos Agentes Comunitários de Saúde. Foi questionada a efetiva realização de visitas



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Saquarema
Secretaria Municipal de Saúde de Saquarema
Conselho Municipal de Saúde de Saquarema



domiciliares e o acompanhamento de usuários, especialmente idosos, pessoas com mobilidade reduzida e famílias em situação de vulnerabilidade. Relatou-se que alguns moradores desconheciam quem é o agente responsável por seu acompanhamento ou não estariam recebendo visitas regulares. Também foram mencionadas dificuldades relacionadas à comunicação entre usuários e equipes de saúde, bem como à necessidade de fortalecimento do acompanhamento territorial realizado pela Estratégia de Saúde da Família. Foi destacada a importância dos Agentes Comunitários de Saúde como elo entre a população e os serviços públicos, especialmente para usuários que possuem dificuldades de deslocamento. Nesse sentido, os participantes defenderam a necessidade de acompanhamento mais efetivo das famílias, identificação das pessoas em situação de maior vulnerabilidade e utilização adequada dos recursos e instrumentos disponibilizados às equipes. Ainda durante a manifestação, foi relatada situação envolvendo atendimento domiciliar a um familiar com deficiência, ocasião em que uma equipe da unidade de saúde realizou visita à residência, efetuou avaliação médica e solicitou exames. A experiência foi apresentada como exemplo da importância da atuação das equipes no território e da necessidade de que esse acompanhamento seja realizado de forma contínua, e não apenas em situações pontuais. Em outro momento, foram mencionadas dificuldades pessoais relacionadas à realização de exames e procedimentos médicos, incluindo a necessidade de exames de imagem e acompanhamento especializado. A manifestação ressaltou a demora para obtenção de consultas e procedimentos pela rede pública e a preocupação dos usuários que, diante da espera, acabam recorrendo ao atendimento particular para não permanecerem por longos períodos sem diagnóstico ou tratamento. Os participantes ressaltaram que situações dessa natureza devem ser analisadas pelo Conselho, considerando o direito constitucional de acesso à saúde e a necessidade de garantir atendimento adequado e em tempo oportuno. Na sequência, voltou-se a discutir a situação do mamógrafo municipal. Foi relatado que o equipamento estaria em manutenção em razão da necessidade de substituição de peça, o que estaria comprometendo a realização dos exames. Diante da demanda apresentada, os participantes discutiram a necessidade de avaliação da capacidade instalada do Município, considerando o crescimento populacional e a quantidade de mulheres que necessitam de acompanhamento. Foi sugerida a análise da possibilidade de aquisição ou locação de equipamentos adicionais, bem como a verificação dos recursos destinados à saúde para garantir a oferta adequada dos serviços. Também foi levantada a necessidade de análise dos contratos firmados pelo Município para prestação de serviços na área da saúde, especialmente aqueles relacionados à gestão da atenção primária. Foi mencionada a empresa Prima Qualitá, responsável pela administração de unidades e serviços de atenção básica, sendo sugerida a análise do respectivo contrato, das obrigações assumidas e dos serviços efetivamente prestados à população. Os



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Saquarema
Secretaria Municipal de Saúde de Saquarema
Conselho Municipal de Saúde de Saquarema



participantes defenderam a importância de o Conselho acompanhar a execução contratual e verificar se os serviços previstos estão sendo efetivamente disponibilizados, bem como se os recursos públicos empregados estão correspondendo aos resultados esperados. Foi ressaltada a necessidade de transparência e fiscalização dos contratos públicos, destacando-se que o Conselho Municipal de Saúde possui papel relevante no acompanhamento das políticas públicas de saúde e na defesa dos interesses dos usuários do SUS. Nesse contexto, foi sugerido que os documentos contratuais fossem analisados pelo Conselho e pelas comissões competentes, possibilitando a identificação de eventuais inconsistências e o encaminhamento das providências cabíveis. Ao final das manifestações, os participantes reforçaram a importância de que as demandas apresentadas pelos usuários sejam formalizadas, analisadas e encaminhadas aos setores responsáveis, de modo que o Conselho possa acompanhar as respostas e cobrar as providências necessárias. Destacou-se, ainda, que as reclamações apresentadas durante a reunião não deveriam se limitar à exposição dos problemas, mas também buscar a construção de propostas e soluções que contribuíssem para o aprimoramento dos serviços públicos de saúde do Município. Dessa forma, foi finalizada a Reunião Ordinária do mês de agosto, e eu, Juliana Raqui, lavrei esta ata.

Dr^a Elaine de Oliveira Bastos
Vice-presidente do CMS